

Edição nº 35 – 12 a 16 de junho

EM MEIO A TURBULÊNCIA, GOVERNO EDITA MPs

Em meio às expectativas do julgamento da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral, o governo editou duas importantes Medidas Provisórias (MPs). Publicada em 31 de maio, a MP nº 783/2017 institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Já em 08 de junho, foi publicada a MP nº 784/2017, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliário (CVM).

A MP nº 783/2017 possibilita a adesão ao PERT por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, incluindo aquelas que se encontrarem em recuperação judicial. Tais contribuintes poderão renegociar débitos tributários e não tributários vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive os que já foram objeto de parcelamentos anteriores, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação da MP, desde que requerido até 31 de agosto de 2017.

A medida traz diferentes modalidades de liquidação de débitos junto à SRFB e de débitos inscritos em dívida ativa junto à PGFN, concedendo descontos de até 90% dos juros de mora, 50% das multas de mora e de 25% de encargos legais. Além disso, possibilita, em alguns casos, a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL e de outros créditos tributários com liquidação do saldo remanescente.

No âmbito da PGFN, a medida oferece a possibilidade de dação em pagamento de bens imóveis para quitação do saldo remanescente, no caso de pagamento antecipado de 20% da dívida.

Por fim, a MP prevê a exclusão do devedor do PERT e a exigibilidade do débito confessado e ainda não pago, além da automática execução da garantia prestada em algumas situações, como a falta de pagamento, ou o descumprimento das obrigações com o FGTS por três meses consecutivos, ou seis alternados.

Já a MP nº 784/2017 dispõe sobre o processo

administrativo nas esferas do Bacen e da CVM, alcançando irregularidades cometidas por instituições e pessoas físicas supervisionadas pelos dois órgãos.

Os valores máximos das multas aplicáveis pelo Bacen foram ampliados significativamente, passando a ser de R\$ 2 bilhões ou de 0,5% da receita de serviços e de produtos financeiros apurada no ano anterior ao da consumação da infração, o que for maior.

As multas aplicadas pela CVM, por sua vez, poderão alcançar o limite de R\$ 500 milhões, o dobro do valor da operação irregular, três vezes o montante da vantagem econômica obtida ou da perda evitada, ou 20% do valor do faturamento total individual, ou consolidado do grupo econômico do exercício anterior à instauração do processo, o que for maior.

A medida possibilita que tanto o Bacen quanto a CVM celebrem acordo de leniência com pessoas físicas ou jurídicas que confessarem a prática de infração e colaborarem na investigação. O Bacen poderá firmar Termo de Compromisso, a exemplo do que já ocorre na CVM, e poderá determinar medidas coercitivas, como a cessação de atos que prejudiquem o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, além de decretar medidas cautelares, como o afastamento de ocupantes de cargos estatutários.

Caberá ao Congresso Nacional analisar as MPs em até 120 dias das respectivas datas de publicação, sob pena de caducidade. As Medidas deverão receber parecer de Comissão Mista e ser deliberadas pelo Plenário da Câmara e do Senado, por maioria simples. Se cada MP for alterada pelo Congresso, deverá ser submetida à sanção presidencial.

A MP nº 783/2017 recebeu 309 emendas e a reunião de instalação da Comissão Mista que a analisará está agendada para amanhã. Já a MP nº 784/2017 aguarda designação dos membros da Comissão Mista e o prazo para apresentação de emendas se encerra na quarta-feira.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

CCJC/CD APROVA ALTERAÇÃO NA CONVENÇÃO ENTRE BRASIL E COREIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PDC nº 561/2016, que aprova o texto do "Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo do Brasil e o Governo da República da Coreia, Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda", assinado em Brasília, em 24/04/2015. A proposta deverá ser submetida inda ao Plenário da Casa.

CDC/CD APROVA PL QUE ALTERA A POLÍTICA NACIONAL DO TURISMO

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 4.142/2015, de autoria do deputado Luciano Ducci (PSB-PR), que altera a Política Nacional do Turismo para vedar ao prestador de serviço turístico cobrar taxa pelo cancelamento de reserva, sempre que solicitado pelo consumidor com antecedência mínima de sete dias da data de início da acomodação. A proposta ainda deverá ser submetida às Comissões de Turismo e à CCJC da Câmara.

CDC/CD APROVA PL QUE DISPÕE SOBRE GARANTIA LEGAL DE VEÍCULOS

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 5.943/2016, de autoria da deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), que dispõe sobre a garantia legal dos veículos automotores de via terrestre produzidos, montados ou vendidos no País. O PL obriga os fabricantes de veículos automotores a

oferecer garantia mínima de dois anos ou 30 mil quilômetros, para os veículos novos que produzirem ou venderem, diretamente ou por meio de concessionários, entre outras disposições. A proposição deverá ainda ser submetida às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e à CCJC da Câmara.

CDEICS/CD APROVA REGRA PARA DIVULGAÇÃO DE RECALL

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 4.479/2016, de autoria do deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar a divulgação, em rede nacional, no prazo de 24 horas, da comunicação sobre a periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional (recall). O PL ainda deverá ser deliberado pela CDC e CCJC da Câmara.

CTASP/CD APROVA PL QUE INTERROMPE A PRESCRIÇÃO NA ESFERA TRABALHISTA

Na última quarta-feira, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 6.650/2013, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer que o ajuizamento de ação civil pública interrompa a contagem do prazo prescricional na Justiça do Trabalho. Agora, a proposição seguirá à CCJC para apreciação.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

13/06/2017, às 14H

PEC nº 103/2015, que estabelece que a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

13/06/2017, às 9H

PLS nº 603/2015, que disciplina o licenciamento ambiental dos projetos hidroenergéticos estratégicos.

Relator: sen. Wilder Morais (PP-GO)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara

PLR: Projeto de Lei Complementar no Senado

PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara

PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado

PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado

PFC: Proposta de Fiscalização e Controle

RCP: Requerimento de Constituição de CPI

REQ: Requerimento

VET: Veto

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)
13/06/2017, ÀS 10H

FIQUE DE OLHO

PLC nº 38/2017, que altera a CLT (Reforma Trabalhista).

Relator: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
14/06/2017, ÀS 10H

PEC nº 21/2015, que cria novos institutos da democracia participativa, o direito de revogação e o veto popular.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

12/06/2017, ÀS 16H30

FIQUE DE OLHO

PL nº 7.425/2017, que autoriza o Poder Executivo Federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção do Turismo - Embratur - e aumenta a liberação de capital estrangeiro em companhias aéreas.

Relator: não indicado.

Relatório: pendente de apresentação.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CGTCI)

10/06/2017, ÀS 10H

PL nº 3.812/2015, que proíbe que operadoras de telefonia móvel efetuem a cobrança casada dos valores referentes ao consumo dos serviços e à aquisição de bens.

Relator: dep. Eli Corrêa Filho (DEM-SP)

Relatório: pela rejeição.

PL nº 6.601/2016, que permite a dedução de despesas em P&D com empresas ou pesquisadores estrangeiros nos casos que especifica.

Relator: dep. Celso Pansera (PMDB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

13/06/2017, ÀS 10H

Audiência Pública para debater os impactos do fim da política de desoneração da folha de pagamentos para o setor de tecnologias de informação e comunicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

12/06/2017, ÀS 15H30

PEC nº 272/2016, que proíbe as agências financeiras oficiais de fomento de financiarem projetos executados fora do território nacional.

Relator: dep. Maia Filho (PP-PI)

Relatório: pela admissibilidade.

PL nº 2.813/2000, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Relator: dep. Arthur Lira (PP-AL)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 528/2015, que cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Relator: dep. Valtenir Pereira (PMDB-MT)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 1.331/2015, que altera o Marco Civil da Internet quanto ao armazenamento de dados de usuários inativos na internet.

Relator: dep. Marcos Rogério (DEM-RO)

Relatório: pela aprovação, com emenda e substitutivo

PL nº 3.163/2015, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

13/06/2017, ÀS 10h

FIQUE DE OLHO

PEC nº 227/2016, que prevê eleições diretas no caso de vacância da presidência da República, exceto nos seis últimos meses do mandato.

Relator: dep. Espiridião Amin (PP-SC)

Relatório: pela admissibilidade.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

13/06/2017, ÀS 9H30

PL nº 3.531/2015, que obriga as prestadoras de telefonia móvel a garantir cobertura do sinal de seus serviços em 100% dos trechos de rodovias circunscritos na área geográfica objeto de sua outorga.

Relator: dep. Márcio Marinho (PRB-BA)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 5.421/2016, que determina a resolução do contrato de crédito firmado para a compra de veículo em que haja vício de qualidade do produto.
Relator: dep. Deley (PTB-RJ)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PDC nº 578/2016, que susta dispositivo de Resolução da ANAC que permite a venda de franquia de bagagem de forma separada da passagem aérea.
Relator: dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

14/06/2017, às 11h

Audiência Pública para debater a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telecomunicação, em contrapartida aos incentivos fiscais e aos elevados preços pagos pelo consumidor.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
13/06/2017, às 9h30

PL nº 4.498/2016, que altera os quóruns de deliberação de sociedades limitadas.
Relator: dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 6.072/2016, que estabelece prazo máximo para definição quanto ao registro de sociedades empresárias, nos termos que especifica.
Relator: dep. Luis Tibé (PTdoB-MG)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.238/2017, que dispõe sobre a aplicação de multas pelo CADE.
Relator: dep. Vitor Lippi (PSDB-SP)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
13/06/2017, às 14h30

PLP nº 23/2015, que visa excluir a dupla tributação pelo Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na importação de bens.
Relator: dep. Enio Verri (PT-PR)
Relatório: pela rejeição.

PL nº 57/2011, que proíbe a realização de apostas em evento de natureza esportiva pela rede mundial de computadores.
Relator: dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.322/2014, que isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.
Relator: dep. Miro Teixeira (REDE-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE (CVT)
13/06/2017, às 10h

PL nº 3.570/2015, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para estabelecer os limites de franquia de bagagem e os critérios para cobrança de tarifa sobre bagagem excedente.
Relator: dep. Nelson Marquezelli (PTB-SP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 4.778/2016, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer que o proprietário de veículo receba a notificação de infração por via eletrônica.
Relator: dep. Remídio Monai (PR-RR)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

